PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Despacho n.º 13 037/2007

Considerando que o Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro, veio, designadamente, proceder à revisão do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, e alterado por diversos diplomas subsequentes;

Tendo em conta que, nos termos do n.º 1 do artigo 134.º do Estatuto revisto, foi criado o conselho científico para a avaliação de professores, que funciona na dependência directa do membro do Governo responsável pela área da educação e tem por missão implementar e assegurar o acompanhamento e monitorização do novo regime de avaliação do desempenho do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;

Considerando ainda, nos termos do mencionado artigo, que o presidente do conselho científico para a avaliação dos professores é equiparado a cargo de direcção superior de 1.º grau;

Por último, considerando que a Prof.ª Doutora Maria Conceição Moniz Amaral de Castro Ramos é possuidora do currículo académico e profissional, publicado em anexo ao presente despacho e que deste faz parte integrante, demonstrativo da competência técnica, da aptidão, experiência e formação profissional adequadas ao exercício do referido cargo:

Assim e ao abrigo do estabelecido nos n.os 1, 4 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e nas disposições conjugadas do artigo 134.º e do artigo 21.º, ambos do Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro, determina-se o seguinte:

1 — É nomeada para exercer, em comissão de serviço, o cargo de presidente do conselho científico para a avaliação de professores a Prof.ª Doutora Maria Conceição Moniz Amaral de Castro Ramos.

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 15 de Maio de 2007.

25 de Maio de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.* — A Ministra da Educação, *Maria de Lurdes Reis Rodrigues.*

ANEXO

Curriculum vitae de Maria Conceição Moniz Amaral de Castro Ramos

1 — Doutorada em Ciências da Educação — Educação e Desenvolvimento pela FCT/UNL.

2 — Professora auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, em comissão de serviço no Ministério da Educação.

3 — Actividade profissional mais relevante no domínio da educação:

Professora do 9.º grupo do ensino secundário, orientadora de estágio e presidente do conselho directivo;

No ensino superior leccionou as disciplinas de Análise e Gestão Escolar, Políticas da Educação e do Desenvolvimento e Educação e Desenvolvimento, no âmbito de cursos de licenciatura em ensino e pós-graduações e mestrados em Ciências da Educação;

Desenvolveu actividades de investigação na Unidade de Investigação, Educação e Desenvolvimento da FCT/UNL e coordenou o Subprograma de Investigação II Políticas de Educação e Regulação Social;

Coordenou a 7.ª Edição do Mestrado em Ciências da Educação — especialidade Educação e Desenvolvimento e o curso de pós-graduação em Ciências da Educação — especialidade de Administração e Gestão Escolar.

4 — Principais cargos desempenhados na administração central e Regional Autónoma:

Directora regional de administração escolar na Região Autónoma dos Açores entre 7 de Agosto de 1981 e 16 de Agosto de 1985;

Subdirectora-geral da Direcção-Geral de Administração e Pessoal entre 1 de Fevereiro de 1988 e 27 de Outubro de 1989;

Subdirectora-geral de administração escolar entre 28 de Outubro de 1989 e 16 de Dezembro de 1990;

Directora-geral de administração escolar entre 17 de Dezembro de 1990 e 30 de Abril de 1993;

Directora do Departamento de Gestão de Recursos Educativos entre 1 de Maio de 1993 e 2 de Maio de 1996;

Inspectora-geral da Educação entre 13 de Maio de 2003 e 23 de Novembro de 2006.

Assessora da Ministra da Educação desde 24 de Novembro de 2006.

5 — No âmbito internacional:

É presidente do Conselho Superior das Escolas Europeias desde 1 de Agosto de 2006;

Presidiu, em 2006, ao grupo de alto nível sobre reforma das escolas europeias e ao grupo de trabalho do conselho superior sobre o futuro das escolas europeias;

É, desde 2003, membro da Conferência Permanente das Inspecções Nacionais e Gerais da Educação (SICI);

É *quality control manager* no Teacher International Survey (TALIS), da responsabilidade da OCDE;

É, desde 2005, membro da Rede ESEN — uma rede europeia de *training organisations for managerial staff in education.*

6 — Entre 1992 e 1995, foi membro do Conselho Nacional de Educação.

7 — Agraciada com o grau de Comendador da Ordem da Instrução Pública (1993).

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas

Despacho n.º 13 038/2007

Nos termos do disposto na alínea *f*) do n.º 4 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 204/2006, de 27 de Outubro, é Octávio Viana Custódio exonerado, a seu pedido, do cargo de cônsul honorário de Portugal em Blantyre, Malawi.

4 de Abril de 2007. — O Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, *António Fernandes da Silva Braga.*

Despacho n.º 13 039/2007

Nos termos do disposto na alínea *f*) do n.º 4 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 204/2006, de 27 de Outubro, é Alamiro de Jesus Maia exonerado, a seu pedido, do cargo de cônsul honorário de Portugal em Presidente Prudente, Brasil.

16 de Maio de 2007. — O Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, *António Fernandes da Silva Braga.*

Secretaria-Geral

Despacho n.º 13 040/2007

Nos termos do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, no n.º 6 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 204/2006, de 27 de Outubro, no n.º 1 e na alínea *d*) do n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 117/2007, de 27 de Abril, na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 2.º e no artigo 5.º da Portaria n.º 504/2007, de 30 de Abril, determino que a especialista de informática de nível 3 do quadro de pessoal do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social Dr.ª Maria Luísa Chaves de Castro Freire Ribeiro Ferreira seja nomeada para exercer o cargo de directora de serviços de Tecnologias de Informação e Comunicação da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em regime de substituição, com efeitos a partir de 16 de Maio de 2007.

A funcionária é nomeada para o exercício do referido cargo por possuir reconhecida aptidão e experiência profissional adequada, conforme *curriculum vitae* em anexo.

25 de Maio de 2007. — O Secretário-Geral, *Fernando d'Oliveira Neves.*

Nota biográfica

Currículo académico:

Licenciatura em Estatística e Gestão de Informação da UNL;

Curso superior de Jornalismo da Escola Superior de Meios de Comunicação Social.

Currículo profissional:

De 2003 até à presente data — exerceu funções de chefe de divisão do Centro de Informática do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento mediante nomeação por despacho;

Nomeada para integrar a comissão técnica para a modernização dos sistemas de informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, na área da segurança informática;

Responsável pela fusão das redes informáticas do ICP e da APAD; desenho e desenvolvimento da página institucional do IPAD; implementação da aplicação de gestão electrónica de documentos e processos; criação e manutenção da Intranet do IPAD; migração da rede de dados para W2003;

De 2001 a 2003 — exerceu funções como chefe de divisão do Centro de Informática do Instituto da Cooperação Portuguesa mediante nomeação por despacho;

Nomeada para integrar grupos de trabalho para a modernização dos sistemas de informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, nas áreas da arquitectura dos SI, da segurança e das telecomunicações do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

Responsável pela instalação e manutenção das infra-estruturas da rede integrada de voz e dados do ICP; migração da rede de dados para Windows 2000; criação de plataforma de segurança Internet; configuração e instalação de serviço de correio electrónico e de *webmail;*

De 1995 a 2001 — exerceu funções na carreira informática do quadro da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade como técnica superior de informática de 1.ª, técnica superior de informática principal e especialista de informática do grau 2 — funções nas seguintes áreas: colaboração no estudo e implementação de sistemas de informação; análise, elaboração e implementação de políticas de segurança na área da informática; administração de sistema do correio electrónico; elaboração de pareceres técnicos; auxílio à gestão e operacionalidade das redes Unix3.1, Novell 4.1 e NT 4.0;

De 1979 a 1995 — com as categorias de programadora, de técnica superior de informática de 2.ª e de técnica superior de informática de 1.ª, prestou serviço na ex-Junta Nacional dos Produtos Pecuários (ex-IROMA) do Ministério da Agricultura, com as funções de análise e programação em sistemas da IBM (sistema 36, sistema 38, sistema AS400), utilização das linguagens de programação RPGII, RPGIII, RPG400.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

Despacho (extracto) n.º 13 041/2007

Pelo despacho de 25 de Maio de 2007 do subdirector-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo licenciado João Martins, emitido no uso dos poderes que lhe foram delegados, foram promovidos, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2007, a reverificadores assessores da carreira técnica superior aduaneira, do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, os seguintes funcionários:

Maria Judite Monteiro Moreno Couto.
João Manuel Gomes Ferreira.
Paula Maria Santos Bento Pinto.
Élio Estrela Geraldes.
João Daniel de Mendonça Campos Malta.
Vítor Manuel Vaz da Costa.
Maria de Lurdes Rebelo Guimarães Ferreira Leite.
Maria Otília da Costa Ferreira.
Ana Maria Ribeiro.
Amândio Joaquim Lopes.
Carlos Jorge Gonçalves de Freitas.
Maria da Conceição Moreira Vergueira.
João Manuel Proença da Silveira Botelho.
Maria Alice Marques Carrola Garcia Henriques.
Ana Maria Morujo da Silva Monteiro.
Maria da Conceição Pires Esteves Nunes Trindade Santos.
Manuel Lopes Martins.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Maio de 2007. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos.*

Instituto de Gestão do Crédito Público, I. P.

Aviso n.º 11 447/2007

De harmonia com o disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 1/94, de 4 de Janeiro, dá-se conhecimento público aos portadores interessados, de que a taxa média a vigorar no mês de Junho de 2007 é de 2.48567 %, a qual multiplicada pelo factor 1,10 é de 2.73424 %.

8 de Junho de 2007. — O Vogal do Conselho Directivo, *António Pontes Correia.*

Aviso n.º 11 448/2007

De harmonia com o disposto na parte final do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 125/92, de 3 de Julho, dá-se conhecimento público aos portadores interessados, de que a taxa de juro para o mês de Junho de 2007, já multiplicada pelo factor 0,96 é de 2.38624 %.

8 de Junho de 2007. — O Vogal do Conselho Directivo, *António Pontes Correia.*

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa

Despacho n.º 13 042/2007

Ao abrigo do disposto nos artigos 23.º e 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é renovada a comissão de serviço no cargo de chefe da Divisão de Investigação e Desenvolvimento da Direcção de Estudos, Planeamento e Cooperação Internacional da Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa, do Ministério da Defesa Nacional, ao capitão-de-mar-e-guerra EMQ Manuel Maria dos Reis das Neves. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Maio de 2007. — O Director-Geral, *Carlos Alberto Viegas Filipe,* vice-almirante.

Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

Despacho (extracto) n.º 13 043/2007

Por meu despacho de 11 de Maio de 2007, foi a licenciada Cristina Maria da Cunha Pinto provida, nos termos dos artigos 29.º e 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, na categoria de assessora principal, da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional, ficando posicionada no 1.º escalão, índice 710, com efeitos a 22 de Março de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Maio de 2007. — O Director-Geral, *Alberto Rodrigues Coelho.*

Inspecção-Geral da Defesa Nacional

Aviso n.º 11 449/2007

Concurso interno de acesso misto para três vagas de assistente administrativo especialista

1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que, pelo despacho n.º 23/2007, de 30 de Março, do subinspector-geral da Defesa Nacional (na qualidade de substituto legal do IGDN), se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República,* o concurso interno de acesso misto para preenchimento de três lugares de assistente administrativo especialista, da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal da Inspecção-Geral da Defesa Nacional (IGDN) do Ministério da Defesa Nacional, constante do anexo VI da Portaria n.º 249/2005, de 1 de Março, sendo fixadas as seguintes quotas:

1.1 — Dois lugares para funcionários do quadro próprio de pessoal da IGDN;

1.2 — Um lugar para funcionários não pertencentes ao quadro de pessoal da IGDN.

2 — Legislação aplicável — o concurso rege-se pelo disposto nos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, e 404-A/98, de 18 de Dezembro.

Acresce que em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.